



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº, DE 2011. (Do Sr. Rubens Bueno)

Propõe a realização de atos de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, para investigar a ocorrência de repasse irregular de verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT às centrais sindicais, por meio de convênios com sindicatos e ONGs.

Senhor Presidente,

Com base no art. 70 da Constituição Federal, combinado com os artigos 60, I e II e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne a adotar as providências necessárias para que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – (CFFC) realize atos de fiscalização e controle junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, para investigar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, a ocorrência de repasse irregular ou o desvio de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) às centrais sindicais, por meio de convênios firmados com os sindicatos a elas vinculados e Organizações Não-Governamentais (ONGs), nos últimos cinco anos.

JUSTIFICATIVA

O jornal O Estado de São Paulo, em matéria publicada no dia 25 do corrente, denuncia que a Federação Nacional de Mototaxistas e Motofretistas assinou convênio por meio do Ministério do Trabalho e Emprego no valor de R\$ 1,5 milhão para qualificar motoboys. Segundo a reportagem do jornal, a Fenamoto teria sido escolhida “oficialmente por sua estrutura e *expertise*”, e que esta precisou contratar professores para oferecer as aulas em salas emprestadas pela Secretaria do Trabalho do Distrito Federal, distante 200 quilômetros de Goiânia, cidade sede da referida entidade sindical.

Acrescenta ainda a matéria que na casa onde funciona a sede da Fenamoto encontram-se apenas um cartaz do Ministério, com telefone de Brasília. A reportagem também não encontrou alunos na sala de aula no dia em que esteve no local, quinta-feira à tarde. Por outro lado, o jornal demonstrou que cargos da cúpula do ministério do Trabalho e Emprego são ocupados por integrantes do comando do mesmo partido do ministro.

Vale destacar que, conforme outras notícias veiculadas pelo mesmo jornal, no ano de 2009, o ministro Carlos Lupi posou para fotos ao lado do presidente da Fenamoto, em visita à sede da entidade, em Goiânia, e que a Federação dos Mototaxistas e Motofretistas, a esse respeito, não é um caso isolado, salientando que a falta de estrutura própria é quase uma regra entre as entidades contratadas para o Plano Setorial de Qualificação (Planseq), e que muitas se valem de estruturas emprestadas para realizarem os cursos.

Já a Controladoria Geral da União – CGU informa que identificou o não cumprimento das metas de qualificação e inserção no mercado de trabalho de pelo menos trinta por cento dos alunos, uma clara circunstância de mau uso dos recursos públicos.

Mais ainda, notícias recentes dão conta de irregularidades no convênio firmado com a ONG Instituto Nacional América, no Rio Grande do Sul, cujo montante alcança a soma de R\$ 3 milhões, dos quais R\$ 1,5 milhão já foram liberados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para treinar trabalhadores para o advento da Copa do Mundo de 2014, episódio este já punido pela Controladoria Geral da União – CGU, com a suspensão de novos contratos com a União

Mas os indícios de desvios e malversação de recursos públicos nos meandros de liberações de verbas do FAT para entidades ligadas às diversas centrais sindicais e aos sindicatos a elas filiados e ONGs não constituem novidade. Levantamentos pormenorizados sobre fatos e denúncias publicados, principalmente nos últimos três anos acerca da liberação de recursos do FAT para realização de cursos de qualificação profissional, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, poderão revelar dezenas de casos. As denúncias levantam, no mínimo, sérias preocupações quanto ao bom e saudável uso das verbas públicas.

Diante, pois, dos fatos acima referidos, e assentindo um dos atributos fundamentais do Congresso Nacional, qual seja, o de zelar pelo uso adequado e sadio dos recursos públicos, propomos a Vossa Excelência, bem como aos demais pares desta Comissão, a aprovação da presente Proposta de Fiscalização e Controle.

Sala das Comissões, em de setembro de 2011.

Deputado Rubens Bueno
PPS-PR